



BOAS PRÁTICAS

A ameaça das revistas predatórias em meio à pandemia

Embora raras, publicações sobre a Covid-19 em periódicos fraudulentos geram alerta

As revistas científicas predatórias, aquelas que publicam artigos em troca de dinheiro sem analisar sua qualidade, seguem ativas durante a pandemia e já surgem evidências de que estão divulgando pesquisas fraudulentas ou inconsistentes sobre a Covid-19. Um caso grave foi registrado na Europa, onde dois estudantes de doutorado conseguiram expor as práticas fraudulentas do *Asian Journal of Medicine and Health*, um periódico da Índia. O biólogo molecular Mathieu Rebeaud, aluno da Universidade de Lausanne, na Suíça, e Florian Cova, que faz doutorado em filosofia no Instituto Jean Nicod, na França, submeteram um artigo de conteúdo absurdo à revista, que foi divulgado tão logo uma taxa de publicação foi paga. Os sinais de que o *paper* era um disparate começavam pelo título –

“O Sars-CoV-2 foi inesperadamente mais mortal do que os patinetes: A hidroxiclороquina poderia ser a solução única?” – e podiam ser encontrados em toda parte no texto. Cova, por exemplo, declarava-se afiliado a um inexistente Instituto para Ciência Rápida e Suja e a assinatura de um dos autores, Manis Javanica, é o nome científico do pangolim, pequeno mamífero asiático que poderia ter servido de hospedeiro para o novo coronavírus e supostamente repassado o patógeno para humanos na China. Outro autor, Nemo Makron, combinava o sobrenome do presidente francês com o apelido do cachorro de estimação de sua família, um labrador.

O caso seria apenas mais um flagrante de má conduta praticada por revistas predatórias se o *Asian Journal of Medicine and Health* não estivesse no centro de uma polêmica na França envolvendo a suposta eficácia da hidroxiclороquina, remédio usado contra a malária, e do antibiótico azitromicina, ambos utilizados por alguns médicos contra a Covid-19. Em meados de julho, o periódico indiano publicou os resultados de um estudo feito com 88 pacientes em um hospital francês segundo o qual o uso do antibiótico ou de sua combinação com a hidroxiclороquina tiveram impacto na boa evolução de casos leves da doença. O artigo foi assinado por um médico, Pierre Levy, e sete militantes do grupo Deixem os Médicos Prescreverem, que defende o uso da hidroxiclороquina na França apesar da falta de comprovação de sua eficácia. Na lista de autores, estava até a psiquiatra e ativista Martine Wonner, que é deputada no Parlamento do país.

O artigo recebeu muitas críticas após a sua publicação. O Instituto de Epidemiologia e Saúde Pública Pierre Louis (Iplesp), vinculado à Universidade Sorbonne, onde Levy trabalha, desqualificou os resultados. Informou que o estudo tem erros de análise e nem todos os pacientes foram testados para Covid-19. “Esse artigo publicado em um jornal predatório não permite concluir que a azitromicina administrada sozinha ou com hidroxiclороquina tenha qualquer impacto favorável no curso da Covid-19”, diz uma nota publicada na página do instituto na internet.

A ideia de expor os vícios do periódico indiano surgiu quando os representantes do Deixem os Médicos Prescreverem disseram que o trabalho havia sido publicado em uma revista “tão séria quanto *The Lancet*”, referindo-se a uma das mais prestigiadas publicações médicas do mundo, fundada em 1823. “Nós decidimos mostrar que a publicação não é tão séria assim e que aceita publicar qualquer coisa por dinheiro”, disse o doutorando Florian Cova ao site Retraction Watch. “Nosso objetivo era chamar a atenção para periódicos predatórios e para os pesquisadores que usam essas revistas a fim de fazer o

público acreditar que seus estudos são sérios”, completou Mathieu Rebeaud. O artigo dos patinetes foi retratado pela revista após o escândalo, mas o da azitromicina e hidroxiclороquina não.

Embora raros, os artigos sobre a Covid-19 em revistas predatórias têm potencial para causar estragos. Um levantamento publicado pelo cientista da computação Walter Scheirer na edição de julho do *Bulletin of the Atomic Scientists* reuniu exemplos de trabalhos científicos de má qualidade sobre o novo coronavírus que causaram confusão. Um deles foi um artigo divulgado em julho no periódico indiano *Acta Scientific Microbiology* que propunha a eficiência de um spray oral já usado em pacientes imunodeprimidos para aliviar os sintomas do novo coronavírus. O texto, assinado pelo dono da empresa que fabrica o spray, o médico Pawan Saharan, não apresenta nenhum resultado de ensaio clínico com o produto em pacientes com Covid-19, mas afirma categoricamente que seus nanopéptidos extraídos do colostro de leite de vaca são capazes de bloquear a entrada do vírus nas células. O trabalho apresenta em sua metodologia uma série de imagens de laboratório, mas que não pertencem ao autor. Foram copiadas da internet, de fontes díspares e não creditadas. “A origem dessas imagens pode ser facilmente rastreada usando a ferramenta de busca reversa do Google”, escreveu Scheirer, que é pesquisador da Universidade de Notre Dame, na cidade norte-americana de South Bend. “Cientistas treinados podem facilmente descartar trabalhos falsos encontrados em jornais predatórios, mas não é tão fácil para os leigos distinguir descobertas reais de achados fraudulentos.”

De acordo com a Cabell International, empresa norte-americana que monitora periódicos predatórios, contam-se atualmente 41 revistas da área de epidemiologia e 36 de virologia com práticas editoriais que ferem a integridade científica. Elas são uma pequena fração do universo de 13 mil publicações com atividades suspeitas em operação, mas há o risco de que apareçam outras durante a pandemia. “Editoras predatórias são muito hábeis em identificar e seguir novas tendências”, disse Simon Linacre, diretor da Cabell, à revista *Nature Index*. “Algumas podem tentar tirar proveito da pandemia do coronavírus para criar novos periódicos que publiquem a enorme produção de novos artigos sobre o assunto”, afirmou. Segundo ele, são utilizados vários artifícios para se passar por publicações sérias. Na lista da Cabell, 40% das revistas ostentam um ISSN, identificação de periódicos aceita internacionalmente – em muitos casos, o número é falso. Da mesma forma, 41% informam que são sediadas nos Estados Unidos, mas igualmente utilizam endereços inexistentes e operam em outros países. ■ **Fabício Marques**

Punição por violações administrativas

Lee, matemática do Instituto de Tecnologia da Georgia (Georgia Tech), em Atlanta, Estados Unidos, foi condenada a dois meses de prisão domiciliar no dia 12 de agosto por ter fraudado informações de relatórios de pesquisa apresentados à agência National Science Foundation (NSF) relacionados a um projeto contemplado com US\$ 240 mil. A punição foi mais leve do que os oito meses pedidos pelos promotores do caso e Lee não precisará cumprir a sentença agora, mas só depois que a pandemia acabar. Em uma sessão virtual realizada pelo Zoom, o juiz federal responsável pelo caso explicou o veredicto. “Precisamos de você para nos ajudar a combater o novo coronavírus e a sociedade não se beneficiaria em nada se passasse oito meses confinada em casa agora”, afirmou Steve Jones, de uma corte distrital de Atlanta. “Você foi condenada por um crime e isso ficará em seus registros. Você precisa estar apta a ajudar o país, mas o tribunal não pode ignorar o crime.”

Lee cometeu três violações administrativas graves. As regras da NSF determinavam que o projeto deveria receber US\$ 175 mil de ao menos três parceiros empresariais entre 2016 e 2018. Lee não dispunha da informação, mas declarou que cinco parceiros contribuíram com US\$ 50 mil cada um. Uma investigação concluiu que houve só um parceiro e sua contribuição foi de US\$ 112 mil. Ela ainda manipulou o processo para definir as prioridades de pesquisa do projeto: deveria ser feita uma votação entre as equipes envolvidas, mas

Lee votou por elas. Por fim, inseriu de modo fraudulento a assinatura do responsável de concessões de *grants* da Georgia Tech nos relatórios anuais que enviava à NSF. Em setembro de 2019, a agência proibiu Lee de atuar como revisora em proposta de financiamento por três anos. Seu advogado, Buddy Parker, protestou contra a medida, argumentando que as irregularidades de que ela era acusada não constituem má conduta científica e tampouco causaram prejuízos financeiros.

A matemática, de 55 anos, é reconhecida por identificar tendências ao analisar gigantescos volumes de dados sobre saúde e por ter desenvolvido em 2003 um software, o RealOpt, que produz modelos para dar respostas a pandemias e catástrofes nacionais a partir de informações geoespaciais e indicadores demográficos e econômicos. Em janeiro, ela estava escrevendo em casa um artigo sobre a disseminação da gripe aviária e da Síndrome Respiratória do Oriente Médio, ocorrida em anos passados, quando decidiu introduzir na sua análise os dados sobre o surto do novo coronavírus que atingia a cidade de Wuhan, na China. Ela anteviu o potencial de disseminação e alertou colegas. Nos últimos meses, trabalhou informalmente com cientistas e autoridades do governo, embora não pudesse utilizar os computadores da Georgia Tech para rodar o RealOpt, pois fora afastada em abril de 2019. A punição, embora leve, ainda pode lhe custar o emprego. A universidade pode demitir um docente se ele for condenado por crime, caso julgue adequado.

Tipos frequentes de má conduta

Michael Reisig, professor de criminologia da Universidade do Arizona, Estados Unidos, entrevistou 613 pesquisadores de 100 grandes universidades norte-americanas e perguntou a eles quais eram os tipos de má conduta científica mais frequentes no ambiente acadêmico, segundo a percepção de cada um. Entre as 26 opções de resposta, a fabricação de dados foi a menos prevalente, enquanto a autoria “presenteada” recebeu o maior número de menções entre os cientistas. A prática global forma variadas de

dar crédito a autores que não contribuíram de fato com a produção do artigo. Com frequência, jovens pesquisadores incluem o nome de colegas experientes para ampliar as chances de um artigo ser aceito para publicação e citado – ou para obter em troca vantagens na carreira. Também há casos em que cientistas incorporam nas assinaturas do *paper* nomes de velhos colaboradores que não participaram daquele trabalho específico, para manter boas relações ou devolver favores.

Outros tipos de má conduta foram bastante mencionados, como ordenar a lista de autores de uma forma que não represente a contribuição real do grupo para o artigo científico, usar fundos de um projeto para pagar pessoal não envolvido diretamente com ele, solicitar recursos a agências de fomento para executar uma pesquisa que já está feita ou usar dinheiro de um projeto para ir a uma conferência, mas não comparecer ou participar ativamente dela. O estudo foi publicado na revista *Accountability in Research*.